

Memória da Comissão: **DE ORÇAMENTO**

Data: 25/02/2016

Coordenador: Rangel da Silva – FEHOSPAR

Relator: Jeremias Bequer Brizola - HU/UEL

Relação dos presentes:

Antonio Barrichelo - MOPS
Erika Pereira de Souza – Rede Mulheres Negras
Janete do Rocio Padilha - SINDSAÚDE
Jeremias Bequer Brizola - UEL
Maria Leonor Faninni Paulini - SESA
Olga Estefania Duarte Gomes Pereira – SINDSAÚDE
Rangel da Silva – FEHOSPAR
Sônia Margarete B. F. Krachenski – CREFITO-8
Wilson V. Costa de Oliveira – Ministério da Saúde
Elenir Moisés Bueno – SESA/FUNSAUDE

Convidados:

Não registrado

Justificativas de ausências:

Amaury Cesar Alexandrino – DEFIPAR
Hermes de Souza Barboza - UEM/UEM

Pauta Única:

1. Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2015.

Relato da reunião

1. Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2015;

Assunto tratado em reunião conjunta das comissões de Orçamento, de vigilância em Saúde, de DST/AIDS, Intersetorial de Saúde do Trabalhador, e Intersetorial de Recursos Humanos. Cada comissão deve fazer sua memória.

Elenir inicia apresentação destacando quadros de receita líquida e de execução orçamentária, enfatizando a aplicação de 12,03% da receita vinculada à saúde.

Verifica-se que esse mesmo percentual de 12,03% de recursos próprios aplicados em saúde pelo Estado do Paraná, está demonstrado nos relatórios do SIOPS/Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde.

Quanto ao Quadro Execução Orçamentária - pág 6, destaca-se que do total de 3,117 bilhões em empenhados da fonte 100, foram liquidados 2,352 bilhões = 75,46%, e pagos apenas 2,207 bilhões, ficando como restos a pagar do exercício, mais de 910 milhões de reais. Elenir informa que na abertura do orçamento de 2016 foram pagos aproximadamente 239 milhões, e que esse valor vai sendo alterado constantemente à medida que ocorrem os pagamentos.

Com referência a pagina 3, onde consta do orçamento inicial de 399 milhões em despesas de capital, o SINDSAÚDE questiona com base em outra fonte, o baixo valor de investimento realizado, teria sido realizado apenas 11 milhões. Elenir esclarece que o valor do investimento foi muito maior, os valores estão distribuídos nas iniciativas.

Quanto a inversão financeira, na pag 4, no valor de 5,8 milhões, o resultado foi zero. Elenir esclarece que pode ser um recurso programado para aquisição de um terreno, que não aconteceu, mas que o financeiro foi utilizado em outra ação.

Quanto à fonte 281 – Recursos de convênios federais com o FUNSAUDE – no valor de 15,4 milhões apenas 0,66 milhões foram empenhados. Informado que se refere a obras do Hospital do Trabalhador, que possivelmente houve atraso na execução, por isso não foi empenhado baixo valor.

Foi também questionado o baixo percentual de liquidação em relação aos valores empenhados, nas iniciativas: 4.173 – Vigilância e Promoção da Saúde = 1,8%, 4.162 – Rede Mãe Paranaense = 28%, e, 4.161 – Rede de Urgência e Emergência = 40%.

Por fim, retornando ao item 2, quanto ao Demonstrativo do Montante e Fonte dos Recursos, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a comissão de orçamento considera importante destacar os seguintes dados:

Receita Líquida	25.695.658.134,90	
Valor mínimo a ser aplicado em saúde, de acordo com a LC 141/2012.	3.083.478.976,19	12,0%
Realizado em Saúde segundo o R3Q/15	3.117.687.292,82	12,13%
Realizado em Saúde Fonte 100	3.091.187.673,63	12,03%

Despesas questionáveis na conta da saúde

4.174 Leite das Crianças	77.920.155,18
4.179 Hospital da Polícia Militar	54.027.481,19
4.213 Saude dos Servidores - SAS	168.786.338,68
	300.733.975,05

Líquido aplicado em saúde 2.790.453.698,58 10,86%

Obs.: As despesas referem-se a valores empenhados.

Questiona-se quanto do HPM é destinado à clientela SUS – não houve resposta. Talvez deva ser respondida na comissão de Acesso ao SUS.

Quanto ao SAS enfatizado pela comissão, que não atende o princípio de acesso universal

de saúde, em pese o acórdão do TCE.

Foi lembrado que o Governo do Estado tem respaldo do TCE para contabilizar essas iniciativas como despesa com saúde.

Questionado se essas iniciativas constam do Plano de Saúde 2012-2015, foi informado que foram incluídas no Fundo de Saúde a partir de 2014, por meio de Lei.

A seguir Sônia, apresentou e esclareceu dúvidas sobre as ações, indicadores e metas relacionadas à Diretriz 12 – Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde. Em geral as metas foram cumpridas satisfatoriamente.

Houve questionamento quanto a contrapartida dos municípios do VigiaSus. Foi esclarecido que existe contrapartida e que há acompanhamento por meio de sistema específico de monitoramento, que é avaliado semestralmente. Os dados são apresentados na Comissão de Vigilância em Saúde.

Houve questionamento em relação aos municípios que participam do VigiaSus e sendo ineficiente no combate a Dengue, havendo aumento de casos. Ivana do SESA, disse que o Ministério da Saúde está estudando reavaliar a estratégia para combate e prevenção a Dengue, pois os métodos atuais não são satisfatórios.

Romildo apresenta a Diretriz 13 – Democratização da Gestão do Trabalho, resumindo as metas e ações realizadas no período.

Não houve questionamento.

Maria Leonor apresenta a Diretriz 16 – Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS, lembrando que foi apresentado no relatório, conforme solicitado os remanejamentos orçamentários.

Observa-se no item 2 - Otimização e racionalização dos recursos orçamentários e financeiros, redefinindo a sua Alocação conforme planejamento estratégico, dando conhecimento à Comissão dentro do Relatório Quadrimestral de Gestão; que foram realizados dezenas de remanejamentos de recursos orçamentários oficializados por Decreto, para atendimento a demandas de obras, de serviços de terceiros, de aquisição de equipamentos e de medicamentos, além de despesas com pessoal.

Questiona-se o remanejamento para Campanha Publicitária SECS no valor de 2 milhões. Foi informado que foi destinado à campanha de combate à dengue.

Destaque-se, quanto ao item 4 - Captação de recursos na área governamental e em instituições financeiras internacionais, por meio do Governo do Estado, dando ciência ao CES/PR dos recursos captados e os projetos em andamento; que foi apontada obrigação de repasse do Governo Federal da ordem aproximada de 540 milhões de reais ao Estado do Paraná, decorrente de serviços em funcionamentos e já pactuados com o Ministério da Saúde, dois quais, foram incorporado ao Teto de Média e Alta Complexidade do Paraná, apenas 30 milhões de reais. E ainda, que não houve no exercício, emendas

parlamentares federais que beneficiassem a SESA.

Por fim, importante observar que a Gestão do Paraná continua computando como despesas com saúde, as iniciativas 4.174 - Leite das Crianças, 4.179 - Hospital da Polícia Militar e 4.213 - Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes, no valor total aproximado de 300 milhões de reais, em 2015. A Comissão de orçamento reitera entendimento de que tais despesas, de acordo com a LC 141/2012, não podem ser consideradas gastos em saúde, por não atender o princípio de acesso universal do SUS. Assim, o percentual de recursos próprio realmente aplicado em saúde pelo Governo do Estado do Paraná, foi de 10,86%, e não 12,03%, como informado no RQ3/2015 e no SIOPS/Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde.

Importante lembrar que o SIOPS dispõe de campo específico para informar despesas com saúde que não atendem ao princípio de acesso universal.

Observação: Ao final da reunião foi solicitado verificação de Conselheiros presente, constatando-se a presença de apenas 6 conselheiros.

Encaminhamentos/Providências para a Secretaria Executiva:

- Dar andamento aos encaminhamentos e assuntos pautados por esta comissão.

Solicitação de pautas para a próxima reunião:

1. Eleição da coordenação e relatoria da Comissão.
2. Relatório de Avaliação Histórica do PID no Paraná, incluindo equipamentos entregues e direcionados para outras áreas, nº de participantes e evasões, custos envolvidos entre outros, por Regional;
3. Prestação de contas detalhadas do Curso de Capacitação dos Conselhos Municipais, incluindo os recursos do Estado e dos Municípios, contemplando participação por segmento.
4. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

